



Poder Judiciário
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Vara do Trabalho de Cambé
☎ (43) 3302-4200 □ vdt01cab@trt9.jus.br

Edital de Leilão Público nº 05/2026

O Doutor **KLEBER RICARDO DAMASCENO**, Juiz Substituto da Vara do Trabalho de Cambé - Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER que serão levados à hasta pública os bens penhorados nos processos abaixo relacionados, a qual acontecerá em DUAS ETAPAS, que serão realizadas EXCLUSIVAMENTE por MEIO ELETRÔNICO, junto ao site: www.jeleiloes.com.br. A PRIMEIRA ETAPA será encerrada no **dia 20 de OUTUBRO de 2026, a partir das 10h00min**, podendo os bens serem vendidos somente pelo valor da avaliação. A SEGUNDA ETAPA será encerrada no dia **20 de OUTUBRO de 2026, a partir das 14h00min**, não podendo os bens serem vendidos por preço vil. **OBSERVAÇÃO:** Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, pelo Leiloeiro Oficial., JORGE VITORIO ESPOLADOR, inscrito na JUCEPAR sob o número 13.246-L com escritório na Rua José Leite de Carvalho, nº 74 – Jardim Higienópolis, Londrina – Pr – Cep: 86.015-290, Fone: (43) 3025-2288, e-mail jeleiloes@hotmail.com e sítio www.jeleiloes.com.br, serão levados à LEILÃO, somente na modalidade eletrônico, os bens penhorados nos processos a seguir relacionados:

02) PROCESSO: 0135400-55.2006.5.09.0242 – Rito Ordinário

EXEQUENTE: ALOISIO ANTONIO MAZIA (CNPJ/MF SOB Nº 635.439.829-15)

ADV. EXEQUENTE: RAFAEL FLAVIO DE MORAES – OAB/PR 94.683

EXECUTADO(01): HIERO SUPER ALIMENTOS S/A (CNPJ/MF SOB Nº 00.313.392/0001-49)

ADV. EXECUTADO(01): ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DE ARAUJO – OAB/PR 21.218

EXECUTADO(02): MERCOL ALIMENTOS LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 01.957.022/0001-07)

ADV. EXECUTADO(02): ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DE ARAUJO – OAB/PR 21.218

EXECUTADO(03): ANTONIO CARLOS DE TOLEDO TITO (CNPJ/MF SOB Nº 274.761.738-64)

ADV. EXECUTADO(03): ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DE ARAUJO – OAB/PR 21.218

EXECUTADO(04): PATRICIA FERRO TITO (CNPJ/MF SOB Nº 147.243.788-83)

ADV. EXECUTADO(04): ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DE ARAUJO – OAB/PR 21.218

EXECUTADO(05): JOAO ALVES TITO (CNPJ/MF SOB Nº 119.910.899-53)

EXECUTADO(06): MARCOS ANTONIO COSTA (CNPJ/MF SOB Nº 362.354.749-20)

ADV. EXECUTADO(06): FERNANDO RODRIGUES FERREIRA – OAB/PR 84.084

EXECUTADO(07): RUBENS DE TOLEDO TITO (CNPJ/MF SOB Nº 112.828.788-91)

EXECUTADO(08): MARIA JOSE BARBOSA (CNPJ/MF SOB Nº 558.882.329-04)

BEM: Um terreno à Rua Mario Guastini, lote 28 da quadra 39, Alto de Pinheiros, no 45º subdistrito, Pinheiros, medindo 14 m de frente, por 38 m da frente aos fundos, com área de 532 m², confrontando no lado direito com o lote 27, no lado esquerdo com o lote 29 e nos



Poder Judiciário
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Vara do Trabalho de Cambé
☎ (43) 3302-4200 □ vdt01cab@trt9.jus.br

Edital de Leilão Público nº 05/2026

fundos com o lote 20. (contribuinte 083 012 0028 6). Na Av. 4 de Julho de 1980, consta a construção de um prédio que tomou o nº 495 da rua Mario Guastini., e se acha dentro das divisas e confrontações constantes da Matrícula **nº 10.020** do Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo 10º Ofício — Estado de SP. Endereço atualizado: Rua Mario Guastini, 495, Alto de Pinheiros. Benfeitorias não constantes na matrícula: não identificadas.

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme auto de penhora e avaliação de fls. 551, Id. b968059, datado de 07 de junho de 2022.

ÔNUS: R.21/10.020 – Penhora referente aos autos nº 0001630-40.2013.5.02.0007, movida por União, em trâmite perante o juízo da 7ª Vara do Trabalho da Capital SP; R.22/10.020 – Indisponibilidade de bens, referente aos autos nº 9820111099, movida por União, em trâmite perante o juízo da 7ª Vara Federal de Londrina; R.25/10.020 – Penhora referente aos autos nº 0007558-14.2012.8.16.0056, movida por Fazenda Nacional, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara da Competência Delegada de Cambé-PR; R.28/10.020 – Penhora referente aos autos nº 1001250-29.2020.5.02.0015, movida por Aloisio Antonio Mazia, em trâmite perante o juízo da 15ª Vara do Trabalho da Capital SP, conforme matrícula id c765e4b. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária, após a expedição do respectivo Edital de Leilão.

DEPOSITÁRIO: PATRICIA FERRO TITO, endereço: Rua Mario Guastini, 495, Alto de Pinheiros, São Paulo-SP.

OBSERVAÇÃO: não podendo o bem ser vendido por preço inferior **a 80%** do valor da avaliação, conforme decisão de id 24af062.

Quem pretender arrematar os bens acima descritos deverá se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento.

Para os casos de bens indivisíveis com coproprietários ou cônjuges alheios à execução, o valor auferido com a arrematação deverá ser capaz de garantir o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação, nos termos do art. 843, caput e §2º, do CPC, assim como satisfazer a execução, ainda que parcialmente, não sendo admitido, valor abaixo ao determinado pelo MM. Juiz.

Desde que ausente discordância expressa do credor, no prazo de cinco dias contados da data da intimação da realização da hasta pública, fica deferido o parcelamento do preço da arrematação, observado o imediato depósito do sinal de, no mínimo, 40% do valor do lance, e o restante (60%) a prazo, garantido pela penhora incidente sobre o mesmo bem, ficando o arrematante como depositário fiel do bem, nos termos dos arts. 215 a 230 do Provimento Geral da Corregedoria Regional

Quanto aos bens imóveis, o parcelamento não poderá ultrapassar 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de no mínimo R\$ 1.000,00 (mil reais) e para os bens móveis, o



Poder Judiciário
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Vara do Trabalho de Cambé
☎ (43) 3302-4200 □ vdt01cab@trt9.jus.br

Edital de Leilão Público nº 05/2026

parcelamento não poderá ultrapassar 6 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de no mínimo R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Os credores que não forem intimados diretamente, caso não concordem com o parcelamento, devem apresentar manifestação em cinco dias, contados da publicação do Edital de Praça e Leilão.

Caso não efetuado o pagamento das parcelas convencionadas, o arrematante perderá, a favor da execução, todos os depósitos efetuados, inclusive, o sinal.

Cabe aos interessados, a fim de evitar alegações de irregularidades e débitos pendentes, a verificação física do bem, bem como a situação jurídica perante os Órgãos Públicos (Cartórios de Registro de Imóveis, Prefeitura Municipal, Detran, INSS, dentre outros, conforme o caso). Fica, desde já, o leiloeiro autorizado a mostrar o bem penhorado aos interessados.

Fica o arrematante/alienante isento dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art. 130, parágrafo único, do CTN).

Na hipótese de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a realização da transferência/transcrição dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa/cancelamento de averbações de penhora(s) /indisponibilidade(s) junto ao Serviço de Registro de Imóveis ou DETRAN, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

Os honorários do Leiloeiro, que serão de 5% do valor da arrematação, e despesas respectivas, serão suportados pelo arrematante; em caso de adjudicação, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga pelo(a) exequente.

Havendo pagamento da execução ou formalização de acordo, a(o) executada(o) arcará com as despesas do Leiloeiro, as quais importarão, nesses casos, em 2% sobre o valor da avaliação, salvo se o pagamento e/ou notícia do acordo se verificar em até cinco dias úteis antes da realização do leilão; nos processos levados a leilão unicamente para a satisfação das despesas processuais, havendo o pagamento, a(o) executado(a) arcará com os honorários do leiloeiro no importe de 2% das despesas efetivamente pagas, salvo se o pagamento se verificar em até cinco dias úteis antes da realização do leilão.

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso mediante comprovação do pagamento de todas as despesas processuais e recolhimento das contribuições previdenciárias, se houver.

Negativo o leilão, fica desde já autorizado o leiloeiro nomeado a proceder diretamente a alienação dos bens, conforme autoriza o art. 888, § 3º, da CLT, pelo prazo de 90 dias corridos, a qual deverá ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com a



Poder Judiciário
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Vara do Trabalho de Cambé
☎ (43) 3302-4200 ✉ vdt01cab@trt9.jus.br

Edital de Leilão Público nº 05/2026

assinatura do adquirente, a ser encaminhado aos autos, condicionada a formalização da venda à homologação do Juízo da execução.

Os valores relativos ao preço ofertado, nesse caso, deverão ser depositados no prazo de 24 horas após a intimação do interessado acerca do deferimento da proposta.

Em se tratando de bem imóvel, admitir-se-á o parcelamento de eventual preço ofertado, devendo ser observados os parâmetros fixados acima para arrematação parcelada de imóveis em hasta pública, à exceção do prazo para pagamento. Nesse caso, o valor correspondente ao sinal de 40% deverá ser depositado no prazo de 24 horas após a intimação do interessado do deferimento da proposta. O saldo de 60% deverá ser pago em prestações iguais, mensais e consecutivas, vincendas a cada trinta dias ou no primeiro dia útil subsequente, a contar da data fixada para o depósito do valor correspondente ao sinal. Os valores correspondentes às parcelas ficarão sujeitos à incidência de correção monetária pelo IPCA – a partir da data aprazada para o depósito do valor correspondente ao sinal de 40% do preço ofertado.

Após formalizada proposta na venda direta, intimar-se-á o (a) executado(a), para manifestar-se em eventual interesse na remição da execução, no prazo de cinco dias. Decorrido o prazo, os autos deverão voltar conclusos para análise da proposta e, se for o caso, expedição e assinatura do auto de arrematação.

Os honorários do leiloeiro, na hipótese de venda direta, ficarão a cargo do adquirente, sendo desde logo fixados em 5% (cinco por cento) sobre o preço ofertado, inclusive se utilizada a opção acima mencionada.

Intimem-se as partes, inclusive de que será adotado diretamente o procedimento que facultam os arts. 22 e 23 da Lei nº 6830/80, sendo aceito lance por meio eletrônico (on-line).

Providencie o Sr. Leiloeiro a confecção e publicação do edital e intimações necessárias, fazendo constar do edital todos os ônus que incidem sobre o (s) bem(ns), nos termos do art. 886, VI, do CPC. Em sendo negativa a intimação pessoal dirigida a quaisquer das partes, o ato ficará suprido pelo edital de leilão a ser publicado em periódico local.

Decorrido o prazo de cinco dias para manifestação das partes, intime-se o Leiloeiro para as providências que lhe são pertinentes, desde já ficando as partes cientes que, a pedido ou *ex officio*, os bens constrictos poderão ser removidos para facilitar a realização do ato, hipótese em que o próprio Leiloeiro poderá assumir o ônus de ser depositário.

Eu, Doutor **KLEBER RICARDO DAMASCENO**, Juiz do Trabalho Substituto da Vara do Trabalho de Cambé/PR, conferi e subscrevi o presente edital.

CAMBÉ, 17 de SETEMBRO de 2026.



Poder Judiciário
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Vara do Trabalho de Cambé
☎ (43) 3302-4200 ✉ vdt01cab@trt9.jus.br

Edital de Leilão Público nº 05/2026

KLEBER RICARDO DAMASCENO
Juiz do Trabalho Substituto da Vara do Trabalho de Cambé/PR